

# UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA: VOLTANDO O OLHAR PARA A ESQUERDA

Olac Fuentes Molinar

do DIE — Depto. de Investigación Educativa,  
Instituto Politécnico Nacional (México)

Tradução: Edith Pompeu Piza

---

## RESUMO

No México, durante mais de 20 anos, setores de esquerda puderam administrar — ou, pelo menos, influenciar fortemente — instituições de ensino superior, as Universidades Autônomas (UAs). Este artigo propõe uma revisão crítica dessa experiência, ao longo de três eixos coincidentes com os três sentidos básicos atribuídos à democracia em relação à universidade: a questão da democratização do acesso x qualidade da formação; a do "retorno" das atividades universitárias à sociedade; e o problema da participação e representação na gestão da universidade. Tudo indica que a gestão da esquerda nas UAs seguiu um padrão essencialmente adaptativo e que, frente às mudanças ora propostas para o ensino superior mexicano, a esquerda precisa renovar-se profundamente e definir seu projeto educacional.

ENSINO SUPERIOR • SISTEMA DE GESTÃO • INTEGRAÇÃO  
UNIVERSIDADE-SOCIEDADE • AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

## ABSTRACT

UNIVERSITY AND DEMOCRACY: LOOKING TOWARD THE LEFT. For over twenty years in Mexico, leftist currents have been able to run — or at least have a strong influence on — several higher education institutions called Autonomous Universities (UAs). The present paper offers a critical evaluation of this experience, along the lines suggested by the three basic meanings assigned to democracy in relation to the university: democratizing the access x academic quality; the issue of the university's "return" to society; and that of participation and representation in the institution's management. It is argued that left administration of the UAs has followed an adaptative pattern, and that, in view of current proposals of change in Mexican higher education, the left should change its practice and its approach to higher education.

Os vínculos entre universidade e democracia têm sido um tema essencial e recorrente da esquerda universitária mexicana por mais de vinte anos. Um amplo leque de correntes políticas, do nacionalismo progressista à esquerda radical, centraram seu discurso, seus projetos e sua prática na busca do democrático. De fato, essa foi a temática que distinguiu a esquerda, pois nem o pensamento conservador, nem o modernismo tecnocrático colocaram a democracia no centro de sua reflexão, exceto quando precisaram expropriar o argumento do adversário.

Esta tradição e a história real que a acompanhou exigem, hoje, uma revisão crítica aprofundada. Durante mais de duas décadas, desde os anos que antecederam e prepararam 1968, as esquerdas mexicanas não apenas pensaram e escreveram sobre a democracia e a universidade, mas tiveram a oportunidade, excepcional na América Latina, de administrar continuamente instituições universitárias inteiras e de, em outras, exercer influência significativa. Não temos, portanto, apenas um patrimônio ideológico, mas uma prática prolongada, uma experiência política cujo desenvolvimento sinuoso e os efeitos complexos não foram rigorosamente avaliados.

A simples enumeração das áreas em que as esquerdas tiveram maior presença indica a extensão e a diversidade de sua experiência. As universidades dos Estados de Puebla-UAP, Sinaloa-UAS e Guerrero-UAG foram dirigidas exclusivamente por correntes da esquerda durante aproximadamente 15 anos e a de Zacatecas, durante uma década. Na Universidade Nacional Autônoma do México-UNAM a esquerda exerceu uma influência duradoura, especialmente nas Faculdades de Economia e Ciências; algo semelhante ocorreu na Universidade Autônoma Metropolitana-UAM, em Chapingo e em Guadalajara. No terreno sindical, a esquerda foi a força motriz na construção do sindicalismo independente e dirige, hoje, no mínimo uma dezena de organizações trabalhistas, incluindo as mais importantes. Quanto aos movimentos estudantis, apesar de terem vivido uma prolongada fase de refluxo que se estendeu de meados dos anos 70 até 1986, seus motivos, sua linguagem e forma de organização continuam se caracterizando pela mais pura tradição esquerdista.

O propósito deste ensaio é contribuir para a avaliação dessa experiência. Existe hoje, em muitos núcleos da esquerda universitária, uma disposição à autocrítica, uma necessidade de explicar a própria história e de reorientar o rumo e o sentido da prática política. Estas páginas compartilham dessa vontade, ainda minoritária, mas cada vez mais comum. Entretanto, só por ingenuidade se poderia supor que a consciência sem concessões e uma autêntica capacidade de reformulação são objetivos facilmente alcançáveis, pois o exercício da autocrítica nunca foi o forte da esquerda, que costuma conceber este exercício como algo que seus adversários deveriam praticar. Não são apenas os interesses somados do corporativismo, do pragmatismo clientelista e da conservação de cargos e prestígio que se interpõem a que uma corrente tão

intensamente ideologizada possa reconhecer seu presente e sua história, mas também os liames mais sutis e mais firmes de uma forma de autocensura derivada de uma concepção paralisante de lealdade.

Apesar de todos esses obstáculos, o trabalho de reconhecimento e avaliação é vital para a reconstituição de uma esquerda capaz de exercer uma influência futura ampla e legítima no desenvolvimento das universidades.

Como parecem reclamar as condições do país, as de sua inserção internacional e o próprio estado do sistema educacional, a transformação da educação superior é tão necessária quanto inevitável. O rumo que tomará a futura reforma ainda não está definido. Determinarão o caminho para a universidade do século XXI as forças que realmente se mobilizarem e os projetos que decolarem. Nessa disputa, não tem lugar uma esquerda sem outro projeto a não ser o de mera autodefesa.

Nas páginas seguintes não se encontrará uma comunicação de pesquisa ou um estudo em sentido estrito. Esta é uma tentativa de interpretação que, a partir da participação e contatos renovados com a experiência política em foco, buscará oferecer uma explicação geral de processos que apresentam diferenças e matices importantes. Por isso, e porque o viés deste trabalho é justamente sua intenção crítica, é provável que o ensaio seja impreciso em algumas questões e injusto na avaliação de outras. Assumo essa inevitável responsabilidade.

Resta expor o que um bom metodólogo chamaria o "referencial empírico" desta pesquisa. Ainda que os processos de Puebla, Sinaloa e Guerrero tenham originado a maior parte destas reflexões, utilizo experiências desenvolvidas na UNAM e UAM, nas organizações sindicais, em Zacatecas e em Nuevo León. Não faço, pois, referência a situações particulares, exceto em momentos em que é conveniente citar casos exemplares de situações comuns e essenciais<sup>1</sup>.

Uma última nota subjetiva: "esquerda" está sendo utilizada aqui na primeira pessoa do plural. A experiência política que pretendo discutir é parte, também, de minha própria história. Vamos ao assunto.

## DE QUE DEMOCRACIA FALAMOS?

O primeiro problema que se enfrenta na discussão das relações entre a esquerda e a democracia na universidade é a multiplicidade de significados que "democrático" assumiu, muitas vezes associado a termos

1 Creio ser necessário explicitar que não me refiro aqui ao processo vivido pela UNAM entre 1986 e 1988. Ainda que o movimento estudantil articulado pelo Centro Estudantil Universitário compartilhe muitos — talvez demasiados — traços com a tradição da esquerda, sua modernidade, suas características absolutamente peculiares exigiriam um tratamento diferente. A originalidade do movimento estudantil da UNAM foi captada com muita propriedade por Carlos Monsivais (1987).

igualmente ambíguos como "crítico", "popular" e "científico". Uma análise resumida da experiência política da esquerda permite identificar pelo menos três sentidos básicos atribuídos à democracia na universidade ou produzida pela universidade:

- 1) democracia como possibilidade social de não discriminação de acesso à, e permanência na, educação superior;
- 2) democracia como aspiração de colocar a serviço da maioria os produtos da atividade universitária: os alunos egressos, os resultados das pesquisas, a extensão universitária e, num sentido mais difuso, a dita função crítica;
- 3) democracia como forma igualitária de relação entre membros da instituição e como procedimento participativo na eleição dos órgãos administrativos.

Esses valores apregoados, integrados num discurso único, deram origem a práticas que nunca tiveram uma correspondência precisa com sua justificativa ética, ou porque as condições reais dos agentes universitários e de seus meios institucionais e sociais os orientaram para outros caminhos, ou porque geraram efeitos perversos, diferentes e até contrários às intenções originais dos agentes. Em seguida, retomarei os traços principais desse processo.

## O PARADOXO DO CRESCIMENTO

A ampliação do acesso à universidade e sua abertura aos grupos sociais populares foi, das ações democratizadoras da esquerda, a mais elementar e a mais visível. Dentro da tendência nacional de expansão da matrícula, que se manteve entre 1970 e 1982, Puebla, Sinaloa e Guerrero superaram amplamente a média do país. Diferentemente de outras instituições, este crescimento não foi só o resultado de uma política de portas abertas, que eliminou todo procedimento seletivo, mas também uma estratégia que estimulou e organizou diretamente a demanda educacional. A multiplicação das escolas de 2º grau (*Centros de Enseñanza Preparatoria*) — que, nos casos de Sinaloa y Guerrero, cobriram todo o território dos estados — e a aplicação de amplas medidas assistenciais ofereceram a possibilidade de escolaridade a uma população que se encontrava marginalizada do ensino de 2º grau. Como consequência, estas escolas adquiriram um peso político, populacional e financeiro igual ou superior ao das faculdades e pelo menos uma universidade — a Universidade Autônoma de Puebla-UAP — converteu-se num centro de educação superior voltado para o ensino médio<sup>2</sup>.

Com o auxílio da estrutura social das zonas de influência da UAP e das UAs de Sinaloa (UAS), Guerrero (UAG) e Zacatecas (UAZ), a expansão significou tanto a incorporação de estudantes procedentes dos setores urbanos de baixa renda (como aconteceu em outras regiões), como também incorporou uma população originária da classe média camponesa que tinha superado a exclusão precoce da escola.

O fenômeno de diversificação da demanda implicou em um problema pedagógico difícil de resolver, pois era preciso enfrentar um crescimento excepcionalmente rápido da matrícula e, ao mesmo tempo, atender a um alunado cultural e socialmente diferente da clientela típica da universidade tradicional. Teoricamente, a saída devia ser encontrada na construção de modalidades educacionais originais e diversificadas, adequadas às condições da nova população escolar. A resposta, no entanto, consistiu em reproduzir as fórmulas educativas já existentes, sem qualquer mudança relevante na organização do conhecimento e nos procedimentos pedagógicos. O problema pedagógico colocado pela massificação não foi resolvido; sequer foi percebido.

Com esta reflexão quero ressaltar que a massificação não é uma questão de limites sociais, nem de distribuição desigual de talentos, mas de condições institucionais<sup>3</sup>.

Comparada à de outros países, a taxa de jovens mexicanos que alcançam a educação superior é baixa, tanto em relação a países altamente desenvolvidos quanto àqueles de crescimento recente. A Coréia do Sul, por exemplo, tem o dobro dos estudantes mexicanos, em relação à sua população juvenil. Mas, mesmo uma massificação de proporções moderadas converte-se num problema quando as estruturas e os procedimentos que eram suficientes para um alunado reduzido e culturalmente homogêneo passam a ser utilizados com populações estudantis dez vezes maiores e muitíssimo heterogêneas.

É particularmente importante precisar os problemas decorrentes da origem cultural do novo estudantado, tópico que, geralmente, não se aborda. A questão central é: boa parte dos estudantes que chegaram ao ensino superior depois de 1970 constituía-se de primeiros universitários de suas famílias, que experimentavam um processo espetacular de mobilidade escolar. Chegavam à universidade com uma educação primária e secundária que, muito possivelmente, havia se desenvolvido em segmentos do sistema escolar relativamente novos e de qualidade precária. Dessa perspectiva, nem seu meio cultural de origem, nem suas experiências escolares prévias favoreciam a aquisição de destreza e hábitos do trabalho intelectual, para alcançarem a competência lingüística e a formação científica básica requeridas para a apropriação do saber universitário.

Esta situação do estudantado não o condena irremediavelmente à inferioridade cultural, como supõe um renascente darwinismo; pelo contrário, deve ser tomada como ponto de partida da ação pedagógica, assumindo que a experiência educativa que a universidade oferece deve ser concebida como um processo de transição coerente entre o estado cultural original e a aquisição de uma competência técnica e científica

2 No início dos anos 80, a UAP atendia a 41% da demanda de graduação gerada no estado de Tlaxcala, 37% da de Vera Cruz e 10% da de Hidalgo (Campos, 1986).

3 Esta idéia foi desenvolvida por Rollin Kent (1987).

superior. Assim, a questão da democratização não termina, como quer o pensamento simplista, com a ampliação do acesso à educação superior. Começa com ela.

As dificuldades materiais e intelectuais que obstaculizaram a construção desse empreendimento cultural original e complexo não podem ser ignoradas. As universidades de esquerda, mais do que as outras, cresceram aceleradamente e sem previsão. Ao fim de uns poucos anos e em regiões onde a produção intelectual e a vida acadêmica possuíam recursos escassos e uma tradição frágil, criaram-se corpos acadêmicos e grupos dirigentes que adquiriram notável estabilidade, formados mais na luta política que na vida acadêmica. Enfrentando a tarefa de organizar e dirigir a instituição, estes professores não tiveram outra opção senão a de reproduzir a pedagogia e as formas de organização em que eles mesmos tinham sido treinados. De par com um discurso radical, insuficiente para gerar uma alternativa cultural, conservaram as concepções mais tradicionais sobre o ensino universitário. A inércia reprodutiva permeou a cátedra, que foi mantida como forma única de transmissão do conhecimento; dominou os planejamentos de estudo, cuja mudança de estrutura não foi além da introdução obsessiva de conteúdo doutrinário; e governou a seleção das profissões oferecidas, ao mesmo tempo que acentuou o predomínio das "carreiras" liberais orientadas para os serviços.

O surpreendente neste processo, talvez inevitável, é que não constituiu um momento de transição para formas acadêmicas diversas, mas gerou uma modalidade paradoxal de neoconservadorismo; e a consequência mais grave foi que, ao eleger como essencial a democratização do conhecimento e as capacidades científicas e técnicas, a esquerda renunciou à construção de uma alternativa cultural genuína e, inadvertidamente, incorporou-se ao processo do credencialismo. Ao distanciar-se da qualidade da formação e da experiência educacional, a obra da esquerda não teve como centro de seu envolvimento os valores de uso — saberes e competências —, mas valores de troca — títulos e diplomas — destinados hipoteticamente a instrumentalizar o indivíduo, preparando-o para a divisão social do trabalho.

Esta incorporação ao mercado do credenciamento escolar produziu-se tardiamente e nas condições menos favoráveis de competitividade. São conhecidos os mecanismos reguladores do valor de troca dos títulos, que depende sobretudo, como apontam Bourdieu e Passeron, de sua relativa escassez. Quando as universidades de esquerda entraram na fase de crescimento acelerado, os títulos universitários já eram relativamente abundantes e tinham perdido boa parte de sua funcionalidade no processo de inserção social privilegiada. Os certificados de licenciatura não possuíam mais um valor genérico; este valor era agora atribuído de modo diferenciado, segundo a profissão escolhida e o tipo de instituição que fornecera o certificado. Tal como Germán Rama apontou para o conjunto da América Latina, no interior do sistema de en-

sino superior desenvolveram-se circuitos diferenciados e diferenciadores, que recrutam clientela de diferentes origens sociais, outorgando-lhes atributos formativos e simbólicos peculiares e canalizando-as para destinos ocupacionais hierarquicamente desiguais.

Nesse contexto, as universidades estaduais que se massificaram tardiamente, em condições acadêmicas mais precárias e mais debilitadas quanto aos mecanismos de seleção social, formaram um segmento do sistema escolar avaliado como "inferior" no mercado de trabalho e na atribuição social de prestígios, o que torna ilusória a esperança de democratização entendida como um fenômeno puramente quantitativo. Estaríamos diante da consequência do que G. Vacca (1986) chamou de "liberalização sem reforma", para descrever a situação da moderna universidade italiana.

Em síntese, a forma de massificação que a esquerda promoveu e aceitou produziu uma aguda ambivalência. Em seu lado positivo, representou para dezenas de milhares de jovens o acesso a formas culturais modernas — nem tanto, ou talvez nem principalmente pela via do aprendizado formal, mas pelos espaços de socialização e de circulação de idéias que se criam na convivência universitária. Conhecimentos, aspirações e estilos de vida que não puderam surgir no meio cultural e social de origem de muitos estudantes desenvolveram-se, estimulados pela experiência escolar. Mas o saldo negativo não pode ser ignorado. A mera permanência na escola, em condições típicas, é apenas uma possibilidade incerta — em muitos casos remota — de acesso ao saber científico e profissional. A participação em processos degradados de relações intelectuais, a perda de sentido de práticas acadêmicas, convertidas em rotinas e requerimentos, conformam inevitavelmente uma imagem deformada e desvalorizada do conhecimento. O estudante sabe — ou pelo menos intui — que não está adquirindo a formação de que precisa e que corresponde, formalmente, ao certificado escolar. Uma sensação de insegurança e de frustração, de "ausência de futuro", torna-se cada vez mais comum e atinge uma situação em que se pode, com justiça, falar em crise do sistema escolar enquanto espaço de socialização<sup>4</sup>.

Como inesperado resultado sociológico, a maior parte dos estudantes que não realizaram suas expectativas e possibilidades culpam a si mesmos pelo fracasso, transformando subjetivamente "o fracasso estruturalmente induzido em fracasso individual", para usar a formulação de J. Karabel.

## A UNIVERSIDADE PARA O POVO

A questão da qualidade da formação educacional está também no centro da segunda concepção de democracia, entendida como a vinculação das atividades da

4 Esta noção foi proposta por Paolo Bassi e Antonio Pilati (1977).

universidade e dos universitários com as necessidades e interesses das maiorias populares e com os da nação.

Neste terreno, a esquerda teve uma enorme dificuldade para estabelecer e aplicar uma política consequente com suas aspirações que, para além das postulações retóricas, concretizasse o "sentido social" da universidade. Esta dificuldade requer uma explicação que supere o mero arrolamento de falhas e insuficiências e que, a meu ver, deve ser remetida ao processo de formação e à história da esquerda universitária.

Aqui, uma digressão torna-se indispensável. Parece-me que as raízes da incapacidade para desenvolver uma política acadêmica de esquerda podem ser procuradas na identidade, nas perspectivas estratégicas e na mitologia que se foram forjando durante a etapa de construção das principais correntes de esquerda, durante os anos da luta que vão de 1969 a 1975, e que não mudaram substancialmente no período de estabilidade relativa que se seguiu à era da violência.

Com efeito, a reconstrução da ideologia dos anos 70 permite localizar uma característica essencial: neste período, a atividade da universidade e dos universitários só fazia sentido se estivesse subordinada a um processo de acumulação de forças revolucionárias que, num prazo relativamente curto, desembocaria no choque frontal com o Estado e a classe dominante. Acreditava-se que um processo de ruptura estava em andamento, convicção que se alimentava das seqüelas da repressão ao movimento de 68 — exemplo clássico de ação democratizadora espontânea e "aberta" — e na percepção de que as vias de ação legal estavam fechadas para qualquer mobilização genuinamente oposicionista.

Desta perspectiva, a missão da esquerda deveria ser a conquista da universidade, para despojá-la de sua funcionalidade burguesa e convertê-la numa instância militante contra o sistema, o que levava à aceitação da precariedade da presença institucional da esquerda, pois não se podia pensar na estabilidade necessária às atividades de longo prazo quando tudo que se podia prever eram o confronto e a repressão.

A visão de uma universidade instrumentalizada pela causa revolucionária e por seus agentes — partidos e grupos revolucionários — deveria realizar-se em dois territórios estreitamente ligados: o primeiro, no campo ideológico, para formar os ativistas na doutrina de alguma das versões do marxismo em conflito e para tornar a instituição um centro de irradiação do pensamento crítico e da consciência reveladora que os exploradores não possuem; segundo, no campo da ação política, para incorporar estudantes e professores à vanguarda dos movimentos de ruptura e transformar a própria universidade numa base de apoio e refúgio da luta popular.

Em meados dos anos 70, começava a tornar-se evidente que as bases em que sustentara a noção de universidade militante estavam mudando. Os movimentos populares e, em particular, o movimento

operário haviam mergulhado em forte refluxo, e as organizações guerrilheiras, tanto urbanas quanto rurais, encontravam-se derrotadas e em franco processo de decomposição. A "abertura democrática" e as primeiras tentativas de reforma político-eleitoral tendiam a desafogar o espaço da expressão política e, no terreno das relações entre Estado e universidades dissidentes, surgia uma forma de coexistência tensa, que apontava na direção da normalização do funcionamento dos centros educacionais.

Essas mudanças criavam um referencial de ação totalmente diferente e obrigavam a uma rápida e radical redefinição da estratégia e da orientação da esquerda universitária. Da noção de uma instituição anti-sistema, era necessário passar a assumir a universidade no sistema. A expectativa de ruptura a curto prazo tinha que ser substituída por um novo tipo de oposição na legalidade a longo prazo. Isso significava muito mais que um ajuste tático, pois submetia a uma enorme tensão a identidade mesma da esquerda e suas razões últimas para permanecer na universidade.

Esta crise, que passava necessariamente pela redefinição dos vínculos entre universidade e maiorias populares, resolveu-se em uma ambivalência estéril. Por um lado, foi necessário assumir que as funções acadêmicas são a universidade e que é através delas que a instituição alcança significado social; mas, por outro, não se podia renunciar a um ideal revolucionário — ou à sua lenda — que sobreviveu na retórica radical e nos resíduos de ativismo voluntarista, que acreditava encontrar em cada movimento social o ressurgimento da dinâmica revolucionária. Na maioria dos grupos de esquerda surgiu uma prática dividida entre a realização pragmática das atividades institucionais (sem metas de longo prazo e guiadas por pressões aleatórias surgidas no exterior e no interior da universidade) e um discurso dissidente, com expressões acadêmicas cada vez mais rotineiras e carentes de convicção.

É óbvio que qualquer sistema universitário tem dificuldade em construir um autêntico sentido popular e nacional, representado na atividade dos profissionais que forma e nos programas institucionais de pesquisa, divulgação e serviços. Para a esquerda, entretanto, existiram dois obstáculos adicionais: a superideologização e o vanguardismo na relação com o popular, que apresentei acima, e a dificuldade para colocar-se perante a nação como referencial das atividades acadêmicas. Esta dificuldade é compreensível, pois a história da esquerda marginalizada e contestatória impedia a proposta de alternativas nacionais imediatas, que só podem ser feitas pelas forças de oposição que se concebem como opção de governo. Até há pouco tempo a nação só podia ser pensada pela esquerda a partir da utopia milenarista, o que esvaziava o terreno da construção do futuro no espaço possível do sistema presente. Faltava — é quase inútil repetir — o sentido e a vontade de um pensamento hegemônico.

Depois desse longo desvio, retornemos à revisão de algumas das experiências concretas nas instituições influenciadas pela esquerda. O mais óbvio é co-

meçar pelas carreiras que foram promovidas, uma vez que é a profissão que define, em primeira instância, que serviços presta um aluno recém-egresso da universidade e quem são os usuários preferenciais destes serviços. Neste terreno, a diversificação das opções de estudo tiveram resultados ambivalentes. Embora seja certo que a proporção de estudantes que optam por cursos diretamente ligados à produção primária e industrial — incluindo-se Engenharia Civil — e às ciências básicas tenha se elevado, este aumento proporcional coexiste com processos de escolha mais tradicionais. Se considerarmos a porcentagem de matrículas em Direito, Contabilidade e Administração como primeiro indício de uma frágil vinculação social, veremos que esta taxa alcança níveis elevados: na UAG um surpreendente índice de 49%; na UAS, com três escolas de Direito e duas de Contabilidade, alcança 36%; na UAP, 34%; e na UAZ, 29%. Nas profissões com maior relação potencial com o desenvolvimento produtivo e o bem-estar social, o problema reside no tipo de competência e conhecimentos adquiridos, os quais, em geral, têm uma escassa correspondência com as prováveis necessidades de uma prática popular. É importante perguntar, por exemplo, se a formação típica de um agrônomo ou veterinário efetivamente o capacita para atuar nos processos produtivos, organizacionais e sociais característicos da economia camponesa.

Estas situações indicam que prevaleceram, na expansão dos serviços educacionais, dois critérios que nunca foram explicitados: o de atender à demanda de escolarização na forma como esta se apresentava, sem qualquer tentativa de canalização, o que supõe a aceitação das pressões sociais alimentadas pelas imagens mais convencionais sobre as profissões; e a crença em que o sentido de qualquer prática profissional podia ser determinado pela formação ideológica de esquerda, adquirida por meio da reiteração doutrinária.

Tais suposições ignoravam que as profissões herdadas da universidade tradicional eram definidas por suas condições típicas de prática e pelas características de seus usuários "naturais", e que a isto correspondia o perfil escolar da profissão. Esta omissão deu lugar a combinações curriculares incoerentes, que pretendiam articular, sob uma dada visão do marxismo, os conteúdos totalmente refratários à doutrina, quer do ponto de vista epistemológico quer pelo sentido de sua utilização. É difícil imaginar um esforço tão absurdo quanto o de formar contadores e bacharéis em turismo com o "marco teórico" da Economia Política.

Além desta óbvia inconseqüência, também não foram considerados os obstáculos centrais para a efetivação de práticas vinculadas às maiorias populares. Primeiramente, a contradição — existente em todos



os países de capitalismo atrasado — entre um mercado real de trabalho que expressa as necessidades, as deformações e o desperdício do sistema dominante e a existência de grandes necessidades sociais que exigiriam os serviços de muitos profissionais, mas que por si mesmas não geram oferta de emprego e, quando o fazem, é sob condições precárias de trabalho e com poucas vantagens materiais para os profissionais. Associada a esta, uma outra contradição é a que se dá entre, de um lado, as aspirações de mobilidade social e de distanciamento das condições originais de vida, que conduziram a maior parte dos estudantes à universidade e, de outro, a situação de sacrifício relativo de oportunidades, inerente à prática popular. A imagem — viável ou não — de um trabalho bem pago, urbano, em um setor de serviços e distante do trabalho braçal atua como fator de desmobilização diante de práticas que não correspondem, nem conduzem potencialmente, a esta imagem de trabalho.

Nenhum modelo escolar é capaz de superar estas contradições por seus próprios meios. Pode, entretanto, gerar condições para a formação intelectual e profissional que tornem mais provável o rompimento com a dinâmica reprodutiva da relação "natural" entre universidade e sociedade. Consta-se, porém, que, com exceção do projeto original da UAM de Xochimilco, não houve uma reflexão pedagógica que colocasse como meta desatar o nó de relações que existem entre as necessidades sociais, a formação escolar e as práticas profissionais. Sem esta reflexão, fica impossível pensar em práticas profissionais alternativas ou emergentes e em transformações nas estruturas curriculares para viabilizá-las.

A situação que descrevi acima inevitavelmente afetaria também a prestação de serviços sociais por estudantes, atividade em que foram depositadas muitas esperanças de conscientização estudantil e de integração com os grupos populares. A realidade é que, salvo raras exceções, os programas de serviços não conseguiram conjugar a dupla função de instância formadora e de atenção eficiente às necessidades concretas, freqüentemente constituindo grosseiras irrupções paternalistas na vida das comunidades atendidas.

Focalizarei agora dois campos distintos que correspondem mais à ação propriamente institucional e menos à dos indivíduos que se formam na instituição: a pesquisa científica e algo que, na ausência de um termo mais preciso, chamarei de *promoção do pensamento crítico*.

A investigação científica aparece comumente no discurso progressista como uma das vias mais seguras de vinculação popular e nacional, mas a realização deste postulado foi obstaculizada por dois tipos de problemas: o reduzido desenvolvimento e a precariedade dos equipamentos de pesquisa; e a falta de orientações precisas nas políticas institucionais.

A criação de grupos de pesquisa com capacidade efetiva de produção tem se constituído numa difícil tarefa em todas as universidades estaduais, onde a pobreza das tradições de pesquisa e de recursos cien-

tíficos locais, bem como os efeitos de uma dinâmica centralizadora, criaram limitações que as universidades de esquerda também não puderam superar, sendo exceção notável a UAP. O mais grave, porém, é que esta situação não foi assumida como um problema cuja solução decorreria de uma estratégia bem delineada, realista, com prioridades nítidas e previsão de resultados a longo prazo. A experiência neste campo deixa a impressão de que prevaleceu um critério nominalista e formal, que supõe a criação de prédios, instalações e programas como substituto do esforço prolongado e pouco visível, necessário à formação para o trabalho em pesquisa científica.

O outro problema é o que surgiu nos lugares onde se conseguiu uma acumulação importante de recursos para a pesquisa sem que, em termos gerais, a produtividade do trabalho e o significado social de seus resultados tenham alcançado níveis que correspondessem às expectativas decorrentes de uma visão certamente fetichizada da prática científica. Neste caso, a situação varia de instituição para instituição e entre as áreas disciplinares, mas parece-me que predomina a ausência de políticas que estabeleçam orientação, hierarquia e normas mínimas de avaliação da qualidade da produção científica. Alguns exemplos são particularmente eloqüentes.

A faculdade de Economia da UNAM conta com 190 professores de tempo integral e a UAM tem cerca de dois mil. Nas duas instituições os professores têm sua carga docente reduzida, justamente para que possam se dedicar à pesquisa. Apesar de resultados de indiscutível relevância, a maioria deles encontra-se qualitativamente abaixo do potencial dos recursos existentes. A pesquisa tende a ser aleatória, isolada e, com muita freqüência, confunde-se com o estudo da disciplina. Uma noção abusiva de liberdade acadêmica dilui o princípio de responsabilidade individual e impede as ações indispensáveis de programação e avaliação. Em muitos casos é evidente que se aspira à pesquisa como um privilégio corporativo, que garanta *status* e condições superiores de trabalho, não como oportunidade de exercer uma vocação e uma competência.

Seria quase inútil concluir que, com recursos escassos e mal utilizados, os universitários de esquerda e as instituições sob sua influência contribuiriam menos do que podiam para o conhecimento da realidade nacional e para o desenvolvimento científico capaz de ser incorporado à transformação das condições de existência das maiorias populares.

A contribuição da esquerda universitária para o crescimento da capacidade social de pensamento crítico e para as possibilidades da democracia será, agora, objeto de reflexão. Neste caso, como nos processos que abordei acima, é indispensável remeter-se às duas faces de uma complexa produção cultural. Parece-me indiscutível que o desenvolvimento, no México, de uma cultura moderna sobre a política e a sociedade deve muito à esquerda universitária. Desde o início dos anos 70, a crítica e o debate público enriqueceram-se ao incorporar categorias e abordagens

analíticas que provêm da perspectiva marxista ou de suas congêneres e que, despojadas da pompa acadêmica, converteram-se em linguagem comum, num circuito cultural cada vez mais extenso. Difundiu-se um estilo de pensamento caracterizado pela exigência de racionalidade e de informações fidedignas, pela recusa à manipulação, que se baseia moralmente nos valores da democracia e da transformação social, não necessariamente socialista.

Neste processo, os centros acadêmicos de esquerda foram o foco original da construção de novos discursos, de sua difusão através da aula, da conferência, das publicações institucionais. Nesses centros formaram-se novas gerações de intelectuais vinculados permanentemente ao debate público, cumprindo uma função pedagógica incomum na América Latina, através de veículos como *Uno más Uno*, *La Jornada* e *Nexos*, ou de produções editoriais em empresas como Era e Siglo XXI.

O outro lado da moeda é bem menos luminoso.

No campo ideológico constituído pela obra cultural da esquerda, coexistiram as expressões ilustradas e de uma viva capacidade de renovação, a que acabei de me referir, com uma cultura comum, construída a partir de um cânone doutrinário que simplifica as diversas versões da vulgarização marxista. A função dessa doutrina não é analítica ou explicativa, mas serve como código interno que outorga identidade e reconhecimento entre os membros de uma comunidade ideológica fechada. Os componentes do código comum derivam de umas poucas fontes de divulgação, com excepcional circulação para um mercado editorial como o mexicano, e que vão dos sobreviventes da época da Academia de Ciências da URSS às formulações do estruturalismo francês. De um extremo ao outro do país reitera-se uma forma discursiva quase idêntica. Cinquenta e seis edições dos *Princípios Elementares* de Marta Harnecker nos contemplam<sup>5</sup>.

A permanência do discurso vulgarizador está associada à integração das bases dos corpos acadêmicos de faculdades e de muitas escolas profissionais, nas quais o ingresso dependeu muito mais das afinidades ideológicas do que de razões estritamente acadêmicas. Diante da escolha entre "vermelhos" ou "especialistas", de modo semelhante ao da Revolução Cultural chinesa, tendia-se a favorecer os "vermelhos". Constituiu-se, assim, um "baixo clero"<sup>6</sup> do marxismo, possuidor de uma Vulgata excepcionalmente homogênea e cujo exercício excluía a relação polêmica com outras correntes de pensamento. Com efeito, o tratamento usual da teoria antagônica não é o debate, mas a desqualificação caricatural, que apresenta Weber, os funcionalistas, ou Keynes, como anticientíficos e ideólogos burgueses.

Um estilo intelectual dessa natureza nada pode trazer ao pensamento crítico: em suas modalidades mais elevadas, é a interminável hermenêutica do Seminário d'*O Capital*, nas mais comuns é o ritual das argumentações ante assembléias capazes de abolir a propriedade privada. Para as platéias compulsórias do discurso, a ideologização é uma experiência que se

dissolve assim que saem das salas de aula e que, com freqüência, as imuniza contra qualquer politização futura. Para os grupos populares que, por vezes, são escolhidos como objeto de "conscientização", a retórica é uma gíria estranha que não pode ser incorporada à explicação da vida social real.

## IGUALDADE E REPRESENTAÇÃO: TRAJETÓRIA DE UMA IDÉIA DE GOVERNO

A transformação do caráter vertical do exercício da autoridade, assim como a representatividade limitada e desigual dos órgãos administrativos e acadêmicos da universidade tradicional, foram objetivos importantes das lutas da esquerda.

A aspiração a uma forma democrática de governo institucional estava associada a uma concepção mais ampla, da qual faziam parte, como elementos essenciais, a igualdade nas relações e no exercício dos direitos dos membros da universidade e a autonomia da instituição frente aos órgãos do Estado. Assim, a revisão da gênese dos movimentos universitários mostra que quase todos, em suas origens ou durante seu desenvolvimento, foram reações contra a imposição de funcionários, o exercício do poder interno ou a intervenção repressiva de agências governamentais.

Ao se consolidar a administração da esquerda, as primeiras reformas visaram o regimento e os costumes que regulavam as funções e a composição dos órgãos de direção, a participação na eleição de autoridades individuais e colegiadas e a autonomia frente ao poder público. Como traços comuns, estas reformas suprimiram os órgãos de caráter não-representativo — Juntas de Direção e Patronatos — e ampliaram, nos órgãos colegiados, a representação dos estudantes (que em alguns casos alcançou a paridade); abriram também a representação aos trabalhadores; e estabeleceram diversos mecanismos de voto universal e direto para a eleição do reitor e dos chefes de departamento.

Este novo quadro legal criou um espaço de ação política que não existira em nenhuma universidade e que era algo extraordinário no interior das estruturas políticas do país. Criaram-se canais e procedimentos para a expressão e a confrontação de vontades e propostas e para a formação de consenso, mas, evidentemente, as reformas democráticas eram apenas a pré-condição indispensável para a transformação dos processos políticos e não a solução democrática por si, como se acreditava então e se continua acreditando hoje em alguns círculos. O que se criou foi uma estrutura formal, cujo significado seria estabelecido pela conduta e interesses dos sujeitos que atuavam através dela, pela cultura política real manifestada em suas práticas e propostas.

5 O fenômeno editorial não é do passado. A mais recente edição do livro de Harnecker (1986) foi de 25 mil exemplares.

6 Aproprio-me da expressão de José Arthur Giannotti (1986).

A avaliação das experiências de mais de dez anos leva a concluir, de modo geral, que as possibilidades democráticas abertas pelas reformas frustraram-se em muitos de seus elementos, talvez nos mais promissores. Certamente — espero que fique bem claro — a vida política nas universidades de esquerda é radicalmente diferente e superior à que prevalece nas universidades integradas ao sistema dominante. Com todas as deformações que apresenta, os processos políticos abertos e com extensa participação contrastam fortemente com a participação limitada e as decisões de cúpula, a apatia da maioria, a corrupção e a repressão que, em graus e combinações diversas, caracterizam a maior parte das universidades públicas. Isso posto, tem-se que reiterar que, em nenhum dos centros acadêmicos em que atua, a esquerda conseguiu construir uma cultura e um estilo de relações políticas caracterizado pela confrontação rigorosa e informada de projetos para a universidade e pela expressão tolerante da pluralidade. Pelo contrário, é possível apontar que, nos últimos anos, os processos políticos protagonizados pela esquerda universitária têm revelado uma tendência progressiva para a degradação e para o enfraquecimento de seu significado democrático.

Mais do que uma descrição dos sintomas deste processo degenerativo, é necessário tentar uma explicação sobre suas causas, evitando transformar a análise num julgamento moral. Existe, evidentemente, uma questão ética no interior do problema, mas ele não pode ser reduzido aos desvios e falhas de conduta dos dirigentes e militantes das correntes de esquerda.

Um primeiro elemento encontra-se nas condições em que a esquerda chegou à direção das universidades. Nas lutas desencadeadas em Puebla, Sinaloa e Guerrero — Zacatecas foi um caso à parte — a esquerda confrontou-se simultaneamente com as forças do governo, a direita da sociedade mexicana e os setores oficiais da universidade. Foram disputas cuja violência não admitia, por simples razões de sobrevivência, a prática da tolerância e do pluralismo, uma vez que se sabia que os adversários também não estavam dispostos a exercê-los, como ficou demonstrado na repressão ocorrida nas universidades de Chihuahua, Nayarit e Nuevo León. Assim, a disposição para uma luta sem quartel manteve-se, mesmo depois que os adversários da esquerda foram virtualmente banidos das instituições e, reforçando o sectarismo nas tradições do socialismo mexicano, a mesma disposição continuou agindo entre os grupos e correntes que se formaram durante o processo de fragmentação contínua sofrido pela esquerda universitária nos anos 70 e 80.

O segundo fator geral é a questão do projeto para a universidade. Como sugeri antes, superada a fase do revolucionarismo de ruptura, a esquerda entrou em uma situação extremamente confusa. A pergunta chave — que papel deve desempenhar uma instituição cultural no trajeto longo e incerto que leva ao socialismo — não foi formulada. Esta indefinição faz parte

do problema global do pensamento da esquerda nos anos 70, que surgia envolvido numa transição, incompleta e nunca explicitada de forma inequívoca, entre uma organização e uma estratégia que respondiam à expectativa de ruptura e uma nova postura que assumia como base a linha da reforma e a atuação aberta na legalidade do sistema. Esta transição, de um enorme significado político e cujo protagonista central e mais avançado foi o Partido Comunista Mexicano-PCM, deixou intactas ambigüidades fundamentais, pois a modernização e a secularização conviveram com a conservação dos traços principais da antiga herança. Os elementos orientadores de uma nova estratégia permaneceram envoltos em total indefinição, mais como intuições do que como delineamentos para a ação. Como caracterizar, por exemplo, a "revolução das maiorias" e os mecanismos de acumulação de forças que a tornam possível? Que papel desempenham a ideologia e a cultura? Quais são as imagens de sociedade e de nação que dão sentido às reformas específicas e à ação, numa perspectiva de conjunto e a longo prazo?

Inevitavelmente, a falta de certezas essenciais de ordem mais geral impediu definições nos planos e nas instâncias concretas, pois mal se podia estabelecer o propósito da atividade na universidade e o destino da transformação possível, na ausência de uma utopia<sup>7</sup> e de uma proposta para sua realização. Em tais condições, as relações políticas e as disputas pelo poder na universidade não podiam surgir da confrontação entre projetos para a instituição, salvo em sentido mais limitado, fosse para impedir a subordinação ao Estado, fosse para repelir as propostas de destruição da instituição por motivos radicais e que continuam atuando em alguns núcleos.

Conseqüentemente, criou-se uma situação que privilegiava as motivações pragmáticas e imediatistas e que canalizava as lutas políticas para a disputa de posições e cotas de poder, sem outros resultados que o de introduzir os grupos políticos na dinâmica inevitável de conversão em grupos de interesse. Estas hipóteses permitem explicar algumas das características centrais que a politização adquiriu nos centros acadêmicos dominados pela esquerda.

Primeiramente convém discutir o caráter da participação e sua relação com os quadros de direção, que apresenta o paradoxo de uma intervenção extensa nos processos, sobretudo nos momentos eleitorais, coexistindo com a conformação de grupos de direção estáveis, dedicados "profissionalmente" à atividade política. Com efeito, a simples observação, por exemplo, das eleições mais recentes para reitor na UAP, ou na UAZ, mostra uma participação muito alta e ajustada a procedimentos previamente estabelecidos, mas, ao mesmo tempo, parece evidente que as candidaturas, as alianças e os programas foram conchavados no seio de uma "classe política" de dimensões reduzidas.

7 Utopia no sentido que lhe confere Ernst Bloch, como aspiração orientadora, prefiguração do ponto de partida.

O fenômeno da "classe política" é importante. A norma predominante tem sido que os antigos líderes, formados na época da luta anti-estatal, conservem sua capacidade de direção, enriquecendo esta com a incorporação de alguns elementos mais jovens. De par com sua permanência, os integrantes destes grupos mostram uma alta capacidade de intercâmbio de postos de direção acadêmica e administrativa, cargos sindicais e chefias formais nas organizações políticas, revelando que, mais do que a competências específicas, a alocação de pessoal responde a atributos políticos genéricos e a equilíbrios conjunturais.

A relação que estes setores dirigentes mantêm com a "base" conserva um forte componente de lealdade e identificação partidária ou de grupo, mas, com o tempo, misturou-se cada vez mais com vínculos do mais puro clientelismo. O montante de recursos manipulado pelas instituições permitiu, pelo menos até a crise, a ampliação dos aparatos acadêmicos e administrativos, em alguns casos para além das necessidades reais dos serviços, o que deu margem ao estabelecimento de redes de protecionismo e dependência enraizadas entre os trabalhadores e estudantes. Assim, a participação de boa parte da comunidade realizou-se em situação de "massa de manobra", como elemento para resolver relações de força, o que concorreu para um enorme atraso na educação política e para a impossibilidade de participação produtiva na elaboração e adoção das decisões.

A expressão mais representativa destes mecanismos de relação política foi o sindicalismo universitário. Nascido da necessidade premente de regularização das condições de trabalho e inspirado em profunda raiz anti-autoritária, o sindicalismo independente gerou, precocemente, as deformações paralelas de burocratização e corporativismo. Na maior parte dos casos, surgiu uma cúpula dedicada permanentemente à gestão sindical e à representação política, cujo exemplo pode ser encontrado em órgão da UNAM, onde o secretário geral e o quadro principal de dirigentes são os mesmos, desde sua fundação.

A regulamentação protecionista estabelecida pelo sindicato e os vínculos clientelistas que propiciou contribuíram para a criação, entre os trabalhadores, de uma disposição alienada face à instituição e para o crescimento das deformações corporativas que deterioraram o ambiente de trabalho.

Estas transformações no regime da vida política universitária modificaram profundamente a idéia de partido. Ainda no final dos anos 70, podia-se encontrar, com relativa freqüência, a tentativa de instrumentalização, subordinando a universidade à direção partidária, mas esta vinculação virtualmente desapareceu na década de 80. Os grupos partidários locais ganharam autonomia e redefiniram sua identidade em relação a seus interesses específicos na universidade, o que contribuiu para contínuas rupturas e enfrentamentos internos a propósito de divergências quanto ao poder na instituição. Esta dinâmica foi particularmente intensa no PCM e depois no PSUM (Partido Socialista Unificado Mexicano), mas não exclusiva de-

les, manifestando-se nos estrondosos fracassos das direções do partido na orientação dos que eram formalmente militantes e, também, na mediação de soluções para as disputas internas.

Neste horizonte, a idéia e a prática do igualitarismo desempenharam um papel de conseqüências imprevisíveis. A igualdade, como aspiração abstrata, era parte do legado da esquerda, mas adquiria um sentido particular quando implantada nas estruturas hierárquicas da universidade conservadora, particularmente pela minoridade atribuída aos estudantes. A exigência de igualdade de direitos e de representação tomou rapidamente a forma de um igualitarismo incondicional e de negação da autoridade, cujas fontes estariam na difusão do Maio de 68 e da obra de Paulo Freire, mais do que no marxismo. Sua concretização na exigência de paridade de representação estudantil nos órgãos colegiados e de sufrágio universal sob o princípio de "um homem, um voto" foi logo incorporada na legislação interna e estendeu-se, depois, aos trabalhadores administrativos. No plano das relações pedagógicas, ganhou força uma confusa disposição anti-autoritária, que estabeleceu formas aparentes de igualdade e companheirismo, popularizando uma imagem de professor como coordenador do esforço do grupo.

Se é verdade que o desejo de igualdade eliminou muitos dos aspectos rançosos e grotescos de velha tradição universitária, não se pode ignorar que também deram ensejo a novos processos que não representaram progresso algum no sentido da democracia genuína. O problema original residia na pretensão de se ignorar que as relações educativas e institucionais cumprem funções diferentes e que estas funções, para serem bem realizadas, exigem esforços diferentes. Entretanto, a questão da diferença converteu-se num tabu e tornou impraticável sustentar que, se professores, estudantes, pessoal administrativo e de trabalho manual mantêm diferentes formas de vinculação com a universidade, também o grau e os mecanismos de participação no governo da instituição têm que ser definidos especificamente em casa setor. Em ambiente de falso igualitarismo, obrigações e responsabilidades distintas se dissolvem numa coletividade amorfa, na qual o nivelamento tende a ser feito por baixo. Produzem-se, assim, as condições favoráveis para que recursos de simulação, manipulação populista, fuga das tarefas individuais e parasitismo sejam exercidos com êxito e diante dos quais qualquer tentativa de reivindicar velhas virtudes como a disciplina, o rigor e o esforço torna-se suspeita de autoritarismo elitista.

Para a gestão da universidade, a situação que ora analiso tem como resultados uma enorme dificuldade no surgimento de líderes acadêmicos e uma franca tendência à burocratização. A determinação imposta pela política, da forma como é praticada, impede o exercício de uma direção intelectual capaz de concitar o esforço constante de quem queira fazer do ensino e da pesquisa uma profissão. A ausência de um clima adequado e estimulante para produção intelectual alimentará a contínua evasão do pessoal mais

criativo, em cuja formação avançada as instituições investem recursos expressivos. Sem liderança acadêmica, tende a generalizar-se um ambiente anômico, no qual predomina o descontentamento e a incerteza sobre o significado do trabalho, significado este que acaba sendo substituído pelo cumprimento das rotinas formais e pela busca de recompensas externas ao próprio trabalho.

Se o trabalho acadêmico se esvazia de seu conteúdo principal, o que adquire importância é a administração de suas modalidades e de seus requisitos. Se a este processo, que parece ser comum a quase todas as instituições independentemente de sua orientação, soma-se a inexistência de instâncias acadêmicas intermediárias e de elaboração coletiva, reproduzem-se condições que tornam inevitável a burocratização. Os colegiados, cujas funções reais são a deliberação e a decisão política, são inadequados para a elaboração de propostas acadêmicas e não possuem o "conhecimento especializado" para dispor sobre aspectos mais técnicos da gestão institucional. Estas funções — elaboração, organização, controle de recursos — são absorvidas por uma burocracia média e alta, talvez pouco visível, mas que se converte em depositária de um poder crescente.

Nenhum processo expressa melhor a conjunção dos fatores a que me referi do que as eleições de reitor. Uma revisão das campanhas eleitorais nas UAP, UAS, UAG e UAZ entre 1980 e 1987 permite identificar traços que se repetem quase sem variação e que revelam "o lado escuro das urnas", a condenação das deformações da politização da esquerda universitária. Assim, tais campanhas:

a) têm sido processos prolongados. Incluindo-se a prática recente de reuniões prévias para dirimir diferenças no interior das alianças, a atividade eleitoral se estende de seis meses a um ano<sup>8</sup>, período em que dirigentes e ativistas da instituição ficam quase exclusivamente dedicados ao processo;

b) têm propiciado rompimentos e novos agrupamentos internos. No caso do PCM e do PSUM, produziram-se desligamentos importantes e vários outros de menor expressão. O grupo dirigente da UAG, ligado ao projeto "universidade-povo", dividiu-se durante a sucessão de 1985. Apesar de a violência física não ser frequente, o tom das polêmicas é extremamente agressivo e desqualificador; as acusações mútuas, típicas da propaganda usada nas campanhas, são divulgadas pela imprensa local e deixam o leitor alheio à situação com a impressão de que se trata de um confronto entre grupos incompetentes para gerir a universidade. Obviamente, em termos do prestígio social da instituição, os danos são enormes e cumulativos;

c) numa combinação paradoxal, o sectarismo convive com um agudo pragmatismo, na formulação das alianças. Inimigos jurados agrupam-se no calor da campanha, sem que acordos práticos ou doutrinários mediem as aproximações. As alianças e os compromissos concentram-se na distribuição de postos da administração e no reconhecimento das cotas de poder;

d) a diferença pragmática real é débil. Embora frequentemente se encontrem pronunciamentos antagônicos dos grupos adversários, não é em torno dos pronunciamentos que ocorrem os agrupamentos; aparecem mais como derivações da necessidade de diferenciação do que como causa da diferença. Na prática, as definições da política acadêmica tendem a se dissolver em vagas propostas reformistas, em insistir na desqualificação do adversário e em desaguar no terreno geral do populismo. O fato de o voto majoritário ser de estudantes, e entre eles os secundaristas com peso decisivo, empurra a propaganda para um tom simplificador e frequentemente demagógico.

Esta forma de competição eleitoral reproduz-se na eleição dos diretores das faculdades, conselheiros locais, conselheiros universitários, dirigentes sindicais. Pelo caráter das campanhas, pode-se garantir que, a qualquer hora, em algum lugar da universidade, há uma eleição em marcha, cujos resultados têm a ver com a complexa rede de equilíbrios políticos internos. Produz-se, assim, uma consequência paradoxal das formas democráticas, idealizadas para canalizarem as vontades e tendências dos universitários, mas que se convertem no objeto mesmo da disputa pelo poder. Se uma corrente aspira a tornar-se força, deve se introduzir na estrutura competitiva que exige ação permanente, dedicação quotidiana ao trabalho de "cavacão", cujas regras, estilos e motivações são tão pouco favoráveis à construção e confrontação de programas. Assim, não surpreende que aqueles que tentam romper com as formas e com a cultura das relações de poder, em benefício de uma posição político-cultural que privilegia o aspecto acadêmico, abandonem rapidamente a luta, que travam em condições adversas e que implica o sacrifício das razões pelas quais estão na universidade.

## MAS ERA ISSO? UMA REFLEXÃO FINAL

E, apesar de tudo, funcionam — dir-se-á, com razão. As universidades autônomas operam em relativa normalidade: os estudantes estudam, os professores ensinam, sob condições que não são inferiores às do conjunto do sistema educacional do país. Com as dificuldades de uma economia em crise, os egressos candidatam-se em melhores condições do que os não titulados. No plano político, as eleições realizam-se com lisura, há alternância no poder e as administrações podem se organizar com estabilidade e independência do governo, o que é melhor do que aquilo que ocorre nas outras universidades, em todas as outras instituições do Estado e na vida política do país.

Mas, era isso que se desejava? Uma corrente de realismo político sustentará que não faz sentido comparar as aspirações com os resultados, que o que existe é, no fim das contas, o resultado possível e que não há testemunho mais evidente do êxito da esquer-

<sup>8</sup> Com exceção da UAZ, em 1988, com um processo muito rápido.

da universitária que sua sobrevivência e consolidação como força dirigente.

Como tenho apontado, nesta longa reflexão, este tipo de balanço parece-me radicalmente equivocados, e não pela nostalgia com que se recorda o que a esquerda quis ser e fazer, há 15 anos. A razão do equívoco está no presente e no futuro: a esquerda universitária não é uma força dirigente; administra, com algumas particularidades, um processo inercial profundamente conservador, mas não foi capaz de exercer, nos centros em que atua, uma real direção intelectual e moral.

De modo cada vez mais explícito, a gestão da esquerda seguiu um padrão essencialmente adaptativo; resguardando muitos dos seus signos exteriores de identidade e em meio à contradição, assimilou e cumpriu as funções de reprodução social que correspondem ao sistema de educação superior. Nessas condições, a esquerda conseguiu permanecer, ajustando-se como pôde à situação generalizada de restrições financeiras surgida em 1983. Tal regime de sobrevivência pode manter-se, em meio à deterioração progressiva da vida institucional, mas apenas se não houver mudança substancial na linha mestra do sistema educacional mexicano, caracterizada até agora por sua pouca eficiência e limitada capacidade de proposição.

O caso pode ser outro, se o programa modernizador encabeçado por Salinas de Gortari mantiver continuidade e se as forças do governo e dos empresários que se agrupam em torno deste programa decidirem implementar uma política congruente de reforma do ensino universitário. Caso isso ocorra, são dois os panoramas com maiores possibilidades. O primeiro consistiria numa reestruturação autoritária do conjunto do sistema, com o objetivo de reformular suas dimensões, a distribuição de matrículas e a orientação para formação profissional, o que, por sua vez, exigiria o estabelecimento de mecanismos operativos da direção central, ainda que não necessariamente o rompimento do regime formal da autonomia. A segunda estratégia seria a modernização seletiva, que reforçaria deliberadamente a segmentação qualitativa do sistema para formar dois grandes setores: um núcleo seletivo de instituições públicas e privadas, com apoio suficiente para cumprir as funções formadoras, de pes-

quisa e de socialização de elites contempladas com o projeto governamental, enquanto a maioria das instituições seria abandonada à decadência interna para a qual já estão encaminhadas. Nesta perspectiva, a restrição do crescimento não seria uma condição imposta a partir do centro, mas responsabilidade de cada instituição, obrigada a operar com recursos cada vez mais escassos.

As duas opções teriam, como sustentação ideológica, um discurso centrado na denúncia da baixa qualidade de ensino, no esbanjamento de recursos, no populismo, na politização inconveniente que, com distintas variações, são atribuídas à maior parte dos centros educacionais autônomos. Seria necessário, ainda, nesta perspectiva, elevar a qualidade e a exigência de desempenho dos alunos e professores, fazer a correspondência com o mercado de trabalho, avaliar o desempenho da instituição para a liberação de recursos e criar um esquema competitivo entre os centros de estudos, públicos e privados.

Temos que reconhecer que, diante desse discurso, a obra educacional da esquerda está desprotegida, porque, mesmo sendo o diagnóstico e a proposta oficial tendenciosos e essencialmente reacionários, não há testemunho que inequivocamente desautorize as denúncias oficiais e que legitime, para a sociedade mais ampla, as conquistas e vantagens da universidade conduzida pela esquerda. Pode-se construir uma resposta defensiva, mas os elementos corporativos e populistas não poderiam ser disfarçados.

Esse quadro impõe reconhecer que a sobrevivência da esquerda universitária como força política depende da definição de seu projeto educacional e da racionalidade de sua presença na educação superior, mas isto não será possível se a esquerda não empreender sua própria reforma interior, a de seus hábitos e sua cultura sobre a universidade. Esta urgência vai muito além do imperativo pragmático de auto-conservação; vincula-se com a viabilidade de uma esquerda viva e mergulhada na vida real do país. Se o processo político de 1988 mostrou alguma coisa, foi o vigor e a diversidade de novos impulsos sociais, reivindicados como próprios à nação, à democracia e à igualdade. A esse grande impulso e sua conformação cultural e programática pode-se incorporar a esquerda universitária, com a condição de que ela possa ser, também, uma esquerda nova.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BASSI, Paolo, PILATI, Antonio. *I giovani e la crisi degli anni settanta*. Roma: Riuniti, 1977.

CAMPOS, Rafael de. Información básica sobre la educación media superior en la UAP. *Cuadernos de Crítica UAP*, n.2, 1986.

GIANOTTI, José Arthur. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HARNECKER, Marta. *Principios elementares del materialismo histórico*. México: 1986.

KENT, Rollin. Invitación al debate: qué es la universidad de masas y qué queremos hacer con ella? *Crítica UAP*, n.30/31, 1987.

MONSIVAIS, Carlos. Duro, duro, duro: el movimiento estudiantil en la UNAM. *Cuadernos Políticos*, México, n.49/50, jan./jun. 1987.

VACCA, G. El futuro de la universidad en el mediodía italiano. *Crítica UAP*, n.29, 1986. [publ. orig. em *Crítica Marxista*, Roma: Riuniti, n.2, 1985]

---